



ESTATÍSTICAS DAS RECEITAS FISCAIS 1999

O Instituto Nacional de Estatística faz sair no seu endereço na Internet nova informação sobre Receitas Fiscais, relativa ao ano de 1999¹.

O novo volume segue basicamente a estrutura de edições anteriores, apresentando-se organizado em duas partes: Enquadramento Geral e Quadros Estatísticos.

No Enquadramento Geral, procede-se:

- à caracterização dos principais impostos numa breve descrição do Sistema Fiscal português;
- a uma análise das Receitas Fiscais.

A parte relativa aos Quadros Estatísticos apresenta de forma detalhada a informação relativa aos principais impostos.

Para esta publicação destaca-se a cooperação do Ministério das Finanças, a qual, através dos diferentes organismos relacionados com este domínio, contribuiu para a divulgação desta informação estatística.

1. *Nível de Fiscalidade*

No ano de 1999 assistiu-se à continuação do crescimento do nível de fiscalidade em Portugal, o que contribuiu para a diminuição do hiato, pelo quarto ano consecutivo, face ao nível de fiscalidade médio da União Europeia.

Dados sobre a evolução do Nível de Fiscalidade em Portugal no período 1989-99

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Nível Fiscalidade	29,4	29,6	30,6	32,7	31,0	31,8	32,5	32,2	32,8	33,5	34,3
Taxa Crescimento Receitas Fiscais	20,6	18,5	19,4	20,5	0,1	11,3	10,5	6,0	9,6	10,0	9,3
Taxa Crescimento PIBpm	18,2	17,7	14,9	12,7	5,5	8,7	10,9	6,9	7,7	7,9	6,7

Fonte: OCDE, INE

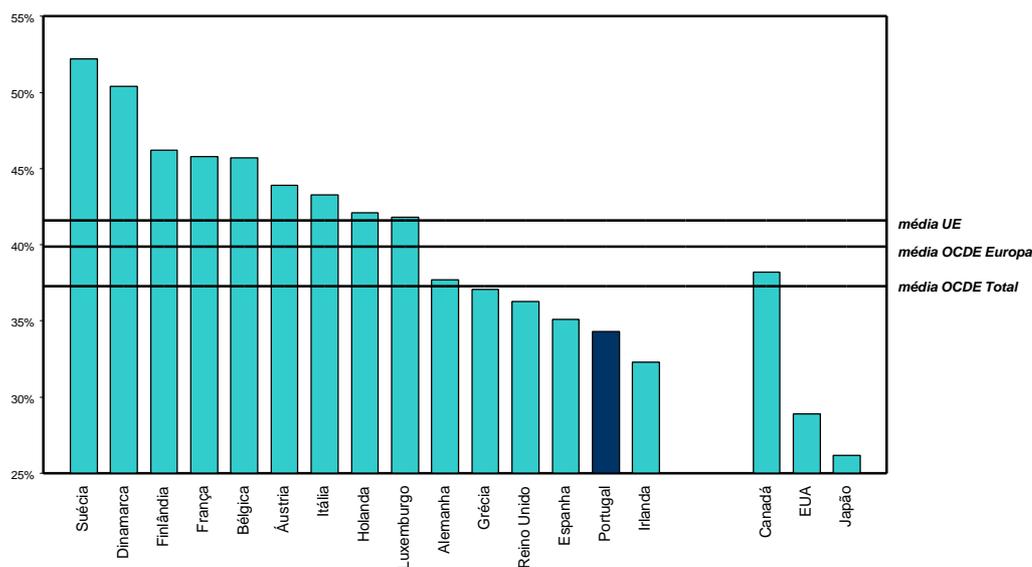
Este ano fica também marcado pelo facto de a taxa de crescimento das receitas fiscais se ter situado 2,59 pontos percentuais acima da taxa de crescimento do Produto. A administração fiscal conseguiu

¹ O respectivo ficheiro electrónico pode igualmente ser solicitado ao INE

manter assim uma situação de eficiência positiva na cobrança de impostos, o que parece revelar uma tendência duradoura desta situação.

Ao compararmos o Nível de Fiscalidade de 1999 entre os países da UE, Canadá, EUA e Japão, verificamos que Portugal continua a apresentar o segundo nível mais baixo entre os países da União Europeia. Esta comparação, exibida no gráfico seguinte, mostra-nos ainda a clara distinção entre países com sistemas de bem-estar mais desenvolvidos (ex. Suécia, Dinamarca) ou mais liberais (ex. EUA e Japão).

Nível de Fiscalidade nos países da UE, Canadá, EUA e Japão em 1999



Fonte: OCDE

Nota: A ordenação dos países corresponde a níveis de fiscalidade decrescentes

2. Evolução das principais componentes das Receitas Fiscais

Em 1999, as receitas fiscais nacionais apresentam um comportamento idêntico ao revelado em anos anteriores: um crescimento na ordem dos 9% face ao ano anterior, com todas as suas principais componentes a crescerem a taxas muito próximas desta. Numa análise de mais longo prazo, é de destacar o forte crescimento evidenciado nos anos mais recentes na cobrança do IRC.

Principais componentes das Receitas Fiscais (quadro rectificativo)

	Portugal 1998	Portugal 1999	Portugal 1998	Portugal 1999	UE 1999	OCDE Europa 1999
	10 ³ EUR	10 ³ EUR	%	%	%	%
Impostos sobre o Rendimento e Lucros	9 682 740	10 554 304	28,8	28,7	34,9	33,3
Impostos sobre Rendimento das pessoas singulares	5 732 924	6 207 670	17,1	16,9	25,6	24,6
Impostos sobre Rendimento das pessoas colectivas	3 890 150	4 288 634	11,6	11,7	8,7	8,2
Contribuições para a Segurança Social	8 575 643	9 323 830	25,6	25,4	27,5	28,0
Impostos sobre bens e serviços	14 079 882	15 365 793	41,9	41,9	30,4	33,1
Impostos gerais sobre bens e serviços	8 029 225	8 887 566	23,9	24,2	19,6	22,0
Impostos específicos sobre o consumo	5 853 114	6 276 439	17,4	17,1	10,8	11,1
Outros impostos	1 234 989	1 454 061	3,7	4,0	7,2	5,6

Fonte: OCDE

Da comparação da estrutura das receitas fiscais portuguesa com a da média da UE e dos países da Europa pertencentes à OCDE, são de destacar as seguintes características:

- O peso relativo dos Impostos sobre o Rendimento e Lucros é bastante inferior ao verificado na Europa;
- As contribuições para a Segurança Social são também inferiores embora a diferença seja bastante atenuada;
- A tributação sobre bens e serviços está muito acima da média comunitária

Estas características levam a que a estrutura fiscal portuguesa seja consideravelmente diferente das estruturas fiscais de outros países desenvolvidos, que normalmente mostram um peso relativo maior da tributação directa (supostamente mais justa, porque progressiva e personalizada) face à tributação indirecta (que não é directamente sentida e poderá por isso envolver menores custos políticos).

2.1. Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

No ano em análise, a taxa de tributação efectiva² do IRS apresenta uma estagnação, fruto de tendências opostas na evolução das taxas efectivas do modelo 1 (decrecente) e modelo 2 (crescente).

Verificou-se, por outro lado, um aumento da progressividade do sistema, uma vez que à medida que o escalão de rendimento aumenta, também a diferença entre a taxa efectiva de 1999 e 1998 aumenta. Este facto deverá reflectir a alteração ocorrida nas regras de apuramento e liquidação do IRS.

2.2. Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas

Em 1999, retomou-se a tendência de diminuição da taxa efectiva³ de IRC, que se vinha operando desde 1996 e havia sido interrompida em 1998. Devemos ainda salientar o facto de a diferença entre a taxa efectiva e o rácio IRC Liquidado/Matéria Colectável ter aumentado, tendo inclusivamente apresentado o maior valor durante a década de 1990, o que ilustra a tendência para o aumento dos benefícios fiscais em sede de IRC.

² A taxa de tributação efectiva corresponde ao rácio entre o total de IRS liquidado e o Rendimento Bruto

³ A taxa efectiva de IRC é determinada pela relação entre o IRC Liquidado e a Matéria Colectável acrescida das deduções relativas a benefícios fiscais por dedução ao lucro tributável e por dedução ao rendimento declarado.

2.3. Impostos sobre Bens e Serviços

Da análise da variação anual dos principais impostos indirectos, observa-se que o peso da tributação indirecta no total de impostos cobrados diminui em 1999, mas de uma forma ligeira em virtude de a forte queda na cobrança do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos ter sido compensada pelos aumentos do IVA e do Imposto Automóvel.

Principais Impostos Indirectos

	Valor (10 ⁶ EUR)		D Anual (%)	Peso no total de Impostos (%)	
	1998	1999		1998	1999
Total de Impostos	24 997,6	27 374,2	9,5	100,0	100,0
Impostos sobre Bens e Serviços	14 079,9	15 365,8	9,1	56,3	56,1
IVA	7 838,1	8 691,9	10,9	31,4	31,8
Imposto de Consumo sobre o Tabaco	966,0	1 007,6	4,3	3,9	3,7
Imposto Automóvel	1 029,8	1 234,4	19,9	4,1	4,5
Imposto sobre os Produtos Petrolíferos	2 524,1	2 533,5	0,4	10,1	9,3
Imposto de Selo sobre as Operações Bancárias	169,8	179,2	5,5	0,7	0,7
Outros Impostos sobre Bens e Serviços	1 552,0	1 719,3	10,8	6,2	6,3

Fonte: DGCI

2.4. Contribuições para a Segurança Social

O ano de 1999 volta a não apresentar alterações significativas no que diz respeito à proporção dos diferentes agentes no total das contribuições para a Segurança Social. O aumento destes em 748,19 milhões de euros, resultou sobretudo do forte crescimento das contribuições dos trabalhadores por conta de outrem (+9,32%) e dos empregadores (+9,46%).

Da comparação da estrutura das contribuições para a Segurança Social em Portugal com a estrutura análoga nos restantes países da União Europeia e ainda do Canadá, Estados Unidos e Japão, é possível inferir que Portugal apresenta uma estrutura muito próxima da média europeia.